RIO DE JANEIRO (PROVINCIA) PRESI-
DENTE (JESUS VALDETARO)
RELATORIO ... 7 JUN. 1848
MANUSCRITO
UNICO EXEMPLAR ENCONTRADO

RELATORIO.

Relatorio

com que

o Desembargador

Manoel de Jesus Valdetaro

entregou

a administração da Provincia

do Rio de Janeiro

ao seu successor

o Visconde de Barbacena.

Em 7 de Junho de 1848.

BIBL

No acto de entregar nas mãos de V. Ex.ª
lencia da Provincia do Rio de Janeiro
administração Houve Sua Magestade
Imperador por bem confiar me por Carta
perial de 2 de Abril proximo passado, cu
dasse em observancia do Aviso Circular
Março dado a 10, apresentar a V. Ex.ª em
mestre, mas acabado, o estado desta ad
tração em seus variados aspectos. Mas, á
que [illegible] me espaço para organisar com
lho desta natureza, o qual para ser com
e satisfatorio deveria ser o resultado de um
nhecimento cabal dos negocios, a aquisição
uma sufficiente pratica administrativa, e
a consideração de V. Ex.ª tomar conta de
em uma epocha, em que o estado da adminis
da Provincia se acha longe e minucioso
posto no Relatorio que meu antecessor
para ler na occasião da abertura da Corpo
lativo Provincial e que, por motivos que não
ser estranhos a V. Ex.ª, me coube apresentar
24 de Maio, em que se verificou a installa
Assembléa, addicionando lhe as informações
me pareceram urgentes e indispensaveis para
e regular andamento do serviço publico.
Trago esta consideração para expor me a
que aos Administradores de provincia empr
citado Aviso, mas para apadrinhar a pres
do relatorio que tenho a honra de apresen
meu digno, e [illegible]
e S. Ex. [illegible]
vista [illegible]

que serviço de base ao receio de poder ser ella altera-
da. Praz-me consignar este facto em meu
Relatorio, porque, em verdade, a quadra, em que to-
mei conta do governo da Provincia, podia tor-
nar-se bem difficil em razão dos ultimos acon-
tecimentos da Europa. As repercussões des-
sas grandes commoções sociaes [illegible] na Provincia do Rio de Janeiro [illegible]
apenas o interesse que costuma prender-se aos
grandes cataclysmos sociaes, e, não sei se ja,
nelles emergeu o bom senso do paiz um novo
motivo para aderir ainda mais fortemente
se é possivel, á Dynastia Imperante e á forma
das Instituições juradas. O mesmo poderia
dizer, quanto á segurança e vida e propriedade
dos Cidadãos, se no pouco tempo, em que rejo os
destinos da Provincia, não tivesse de providen-
ciar á cerca de um acontecimento que parecia
ameaçal-a seriamente. Manifestando-se,
ainda em tempo de meu antecessor, por alguns
ligeiros symptomas, afinou ultimamente com
caracter tão pronunciado, que julgo de meu dever
chamar a elle mui particularmente a attenção
de V. Ex.ª O acontecimento, a que alludo, teve
lugar nos Municipios de Valença, Vassouras e
Sapucaia dos Reis, e sobre elle achará V. Ex.ª no Ar-
chivo da Secretaria todos os esclarecimentos de
que houver mister. Tomando sobre mim a
tarefa de rastrear todos os fios desse acontec-
imento, de examinar suas causas e origem, cheg-
uei a alguns resultados, que não são seguram-
ente lisongeiros, e que deixo de expôr por
motivos que V. Ex.ª facilmente comprehende, pois

dendo, quando queira, verifical-os pelo exame dos factos que tiverão lugar. Depois de levar todo o occorrido ao conhecimento do Governo de Sua Magestade o Imperador, tomei de seguida aquellas medidas que a força das circumstancias parecia reclamar: fiz partir immediatamente da capital, [illegible] para os Municipios ameaçados, dando ordem não sómente de apoiar as diligencias da justiça publica, como tambem de servir de nucleo á Guarda Nacional no caso de ser requisitada; solicitei do Governo Imperial armamento e carturame para a Guarda Nacional destes e outros Municipios da Provincia, convencido de que o apparato e solemnidade das formas judiciarias quadrão pouco a questões de natureza tão melindrosa, insinuei ás autoridades locaes que se abstivessem, quanto fosse possivel, da instauração de processos, e se attivessem aos meios meramente policiaes; e recommendei finalmente ao Chefe de Policia da Provincia, que fizesse observar, por todos os meios á seu alcance, o que dispoem a Ley de 3 de Dezembro de 1841, e o respectivo Regulamento, na parte policial e criminal, a respeito de estrangeiros, e o que dispoem as Leis Provinciaes N.º 45 de 11 de Maio de 1836, e N.º 46 de 13 de Maio do mesmo anno.

Estas medidas, ajudadas do zêlo e actividade das proprias partes interessadas em bem guardarem a propriedade viva, conseguirão, até hoje pelo menos obstar a que o mal fosse por diante, e estou que conseguirão cortal-o em suas raizes, dissipando de tal arte todo e qualquer receio de ser transtornado o socego publico por este lado.

tração da justiça, que entende tão de perto com a tranquillidade publica, principalmente em relação á segurança dos direitos individuaes dos cidadãos, além das causas geraes que emperram a regularidade de sua marcha e a efficacia de seus meios de acção, se resente ainda da falta e ausencia de Juizes Letrados nas Comarcas de Itaborahy, S. João de Itaguahy, Santo Antonio de Sá, Cantagallo, Santo Antonio de Guaratiba, S. Thomaz e Comarcas da Barra Mansa.

Se não cahia na esphera de minhas attribuições, como Presidente da Provincia, remover essas causas geraes, para onde acaba de voltar-se a attenção do Governo Central e da Legislatura, estava em minhas mãos solicitar a nomeação de Juizes Letrados para os lugares vagos, e foi o que fiz para os Municipios de Cabo Frio, Angra dos Reis, Paraty e Cantagallo. Embora não fosse satisfeita ainda esta requisição da Presidencia, é de esperar que o seja quanto antes, porque motivo nenhum ha que aconselhe a menor demora em cumprimento de tamanha urgencia. A' falta de Juizes Letrados, donde resulta recair a autoridade em mãos de pessoas pouco proprias, geralmente fallando, para adquirirem os fóros que devem caracterisar os dispensadores da justiça, accrescem as consequencias do vago ou provisorio em que se tem debatido a sorte dos Juizes Municipaes Supplentes. Sendo alterada primeiro antecessor a ordem da substituição d'esses Juizes, a contece manifestar-se, da parte de algumas Municipalidades, tal ou qual opposição ao cumprimento das Portarias que expedio a Presidencia nesse sentido. Certo de que a repetição de actos semelhantes tende a nada menos do que a ana-

fraquecer a força moral da autoridade, embora me parecesse o caso comprehendido na disposição do Aviso de 28 de Março de 1844 e por elle resolvido, julguei melhor provocar do Governo Imperial uma decisão á respeito. A vista do que levo dito, póde V. Ex.ª avaliar a situação em que se acha a ~~autoridade publica~~ nesta Provincia, e as razões em que fundo o meu pedido para lhe observar que fiz quanto estava de minha parte para elevar a receita ao grão de estabilidade em que deve existir nos governos regulares.

Bem desejára abonar a asserção de meu antecessor, quando diz em seu relatorio, que o estado da receita provincial é lisongeiro e animador, della, porem, é forçoso discordar á vista de factos, a cuja evidencia não poderia recusar meu assentimento. Posto não alcance á totalidade da renda um augmento progressivo e consideravel, pensava elle todavia que não existia causa extraordinaria que fizesse receiar um decrescimento subito e gradual.

Essa causa, como V. Ex.ª não ignora, acaba de apparecer nas complicações em que se debate alguns Estados da Europa, e sendo ahi o assento dos principaes consumidores de nossos generos e importadores dos objetos de commercio nacional, não era possivel que deixassem de influir na situação de nosso mercado. Esta influencia funesta destas complicações tem de feito já soffrir nas tabellas comparativas de nossas estações fiscaes, e seria difficil calcular o que deixe de perceber para o futuro. A decrescimento, que deve trazer á renda desta provincia a situação actual [illegible]

accrescentar o deficit com que tem de carregar o exercicio futuro, devido á circumstancia de se acharem já exgotadas quasi todas as verbas decretadas pela Ley do Orçamento vigente, e achar-se ainda concluido o anno financeiro corrente. Deixo de entrar nos pormenores relativos a esta importante parte da publica administração, e de fixar o quantum do deficit, porque mandando proceder na repartição respectiva á sua demonstração, não se acha ainda prompta, e logo que chegue ás mãos de V. Ex.ª verá a exactidão do que lhe enuncio. Attendendo a este estado da receita provincial, que bem duro não é lisongeiro, por quanto não ha sobras nem tão pouco a receita anda equilibrada com a despeza, pretendia tomar por ponto de partida de meu governo, uma rigorosa economia na distribuição dos dinheiros publicos, e uma vigilante fiscalisação em sua cobrança, e propor todas aquellas reducções que se compadecessem com a regularidade do serviço. Tudo, porem, deixo a Presidencia, á V. Ex.ª cabe satisfazer nesta parte os votos da Provincia. Pelo que toca ás obras publicas, as quaes absorvem boa parte da renda, e muito podem influir em seu augmento, abrindo á industria meios de transporte, que formão o alimento principal da producção agricola, pouco isso terei que accrescentar ás observações que addicionei ao relatorio de meu antecessor. Como V. Ex.ª sabe, quasi todas as obras da Provincia são feitas mediante arrematação, cujas clausu-

las se estipulão nos respectivos Contractos: durante o tempo de minha administração, celebrei tão somente dois Contractos, um em 12 de Abril de 1848 com o Coronel João José Barreiro de Mendonça, pelo qual renovou-se a arrematação da conservação da estrada do Mar de [illegible], desde [illegible] até o porto denominado do = Mar de [illegible] = no Rio Paraíba, obrigando-se, nos termos do Contracto, por tempo de tres annos contados do primeiro do dito mez de Abril, e pela quantia de dez contos de reis annuaes, a restabelecer os estragos de casos fortuitos, que não excederem a importancia de duzentos mil reis, e a ter [illegible] para o melhoramento e conservação da estrada, pelo menos trinta operarios de diversos officios, e o segundo, em 29 do mesmo mez de Abril, com Julio Dufrayer, pelo qual arrematou a feitio de uma Casa para estabelecimento do Registro e Barreira de Mpambicaba, segundo a planta organisada pelo Engenheiro Antonio dos Santos Cruz, e approvada pela extincta Directoria das obras publicas em despacho de 28 de Janeiro de 1843, e em lugar que lhe for marcado pelo Engenheiro respectivo. A arrematação verificou-se pela quantia de trezentos e quinhentos mil reis, em prestações, a construcção da Casa, a qual deve ficar concluida dentro do praso de dois annos, em paga a quantia em duas prestações [illegible] Deposito e [illegible] do, pagará o arrematante [illegible] cincoenta mil reis por cada [illegible]

dendo ser della aggraviado, se occorrerem motivos justificaveis. Aqui cabe notar, que a arrematação destas duas obras, se achava determinada por meu antecessor, mediante os trabalhos preparatorios do estylo, e que eu nada mais fiz do que exhonerar ás clausulas dos respectivos Contractos, pois ~~[illegible]~~ nada mais ~~[illegible]~~ do que mandar uma obra já feita, e de fazer se outra indispensavel para a cobrança e fiscalisação de um ramo da receita provincial. inteiramente prompto, a fim de que não se conceitue o meu procedimento de contradictorio com a intenção que manifestei de sobrestar no andamento daquellas obras, que me parecessem menos urgentes, e que o podessem ser sem grave detrimento do serviço publico. Tive communicação de se achar terminada a obra arrematada por D. José de Saldanha da Gama, e ordenei ao respectivo Chefe de districto para que informasse se havia sido construida nos termos do Contracto, a fim de proceder-se á sua acceitação. Como disse, tinha feito sentir á Assembléa Legislativo Provincial a alternativa em que talvez me achasse de sobrestar no andamento das obras que fossem menos urgentes, porquanto, ficando-se tendo um deficit na consignação que o Governo distribuio com esta ramo do serviço, entendi que convinha mais aos interesses da Provincia concluir algumas obras, do que proseguir em muitas, faltando os meios necessarios, ou recorrendo se a novos impostos, ou a creditos extraordinarios. Para tornar a ~~[illegible]~~

to a intenção, em que estava, expedi uma circular aos Chefes dos seis distritos, ordenando-lhes, que remettessem quanto antes á Presidencia um relatorio do estado das obras á seu cargo, com designação das que podiam soffrer sem prejudicar o serviço publico: [illegible] V. Ex.ª a verdade de acção, para adherir ou não ao meu pensamento. Antes de terminar este ponto de meu trabalho, devo observar a V. Ex.ª, que me proponho estabellecer nesta Capital um centro director das obras publicas, á maneira do que se pratica nos paizes cultos da Europa e mesmo em algumas Provincias do Imperio por este meio tornar-se-hia não sómente mais prompta e facil a correspondencia com o Governo da Provincia, como tambem mais vigilante a fiscalisação dos dinheiros, e haveria mais uniformidade nos planos da construcção das mesmas obras. V. Ex.ª tomará em consideração o meu projecto de cuja realisação deve provir notavel melhoramento á esta importante parte da administração da Provincia.

Ás observações, que deixo expostas, bem que eu as ajuntar outras a respeito de cada um dos ramos em que se divide a administração da Provincia: todos porem, que pudesse accrescentar, seria incompleto, e por isso dispenso-me de especialmente chamar a attenção e solicitude de V. Ex.ª ao estado da instrucção publica, que é satisfactorio, tornando-se de urgente necessidade a reforma de seus regulamentos [illegible]

parte que prescreve os meios de fiscalisar o comportamento do pessoal, como na que estabelece o methodo do ensino. Quanto á força que deve auxiliar a execução das ordens do Governo, refiro-me ao que expuz em meu relatorio á Assembléa Legislativa Provincial.

A ~~esta Legislatura~~ exposição, parece-me que tenho direito para declarar, que, se não melhorei, não deixo o estado da Provincia peior do que recebi das mãos de meu antecessor. Os actos da minha presidencia forão poucos, é verdade, porem dictados pelos principios da politica, á que adherí de coração, e em minha consciencia julgo que não faltei á esta politica. Por ultimo não posso deixar de manifestar o pezar, que me acompanha, por não fazer á Provincia, que me vio nascer, todo o bem que desejara.

Deos Guarde a V. Ex.ª Palacio do Governo da Provincia do Rio de Janeiro, em 1 de Junho de 1848.

Ill.mo e Ex.mo Snr. Visconde de Barbacena,
Presidente da Provincia do Rio
de Janeiro.

(Assignado.) Manoel de Jesus Valdetaro.

Está conforme.

Dr. Eduardo Olimpio Machado